

14 de Setembro de 2007

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2005

Número VII – Edição de 2007

Poder de compra mais elevado associado aos territórios urbanos, destacando-se a Grande Área Metropolitana de Lisboa, o Algarve e o Grande Porto

Em 43 municípios do País o poder de compra per capita era superior à média nacional, verificando-se que a maior parte desses municípios abrangiam lugares com mais de 10 mil habitantes. A importância da componente urbana associada ao poder de compra era também visível através do significativo grau de concentração do poder de compra no país: metade do poder de compra nacional concentrava-se em apenas 20 municípios. O Algarve apresentava o mais expressivo poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico.

O Instituto Nacional de Estatística apresenta a sétima edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC 2005) decorrente de informação relativa a 2004 e 2005. Este estudo, de natureza essencialmente estatística, pretende caracterizar a posição relativa dos municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de indicadores inferidos de um leque de 18 variáveis, por recurso a um modelo de análise factorial.

São disponibilizados três indicadores: o **Indicador per Capita** do poder de compra (primeiro factor extraído da análise factorial), a **Percentagem de Poder de Compra** (indicador derivado do primeiro factor) e o **Factor Dinamismo Relativo** (segundo factor da análise).

O interesse dos indicadores construídos no âmbito deste estudo decorre do facto de constituírem informação à escala local - município -, unidade territorial para a qual não tem sido possível disponibilizar, através do Sistema Estatístico Nacional, medidas quantificadas de variáveis tão importantes como o rendimento ou o consumo das famílias.

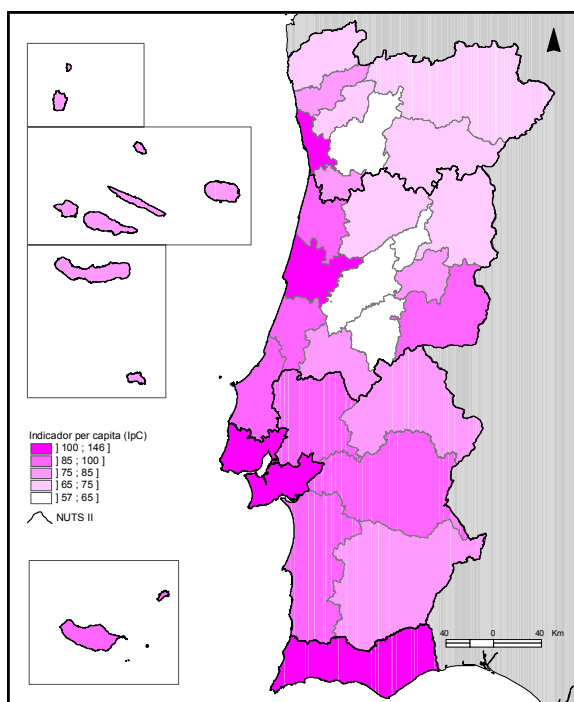
Maior Poder de compra per capita associado aos municípios mais urbanos

O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nas diferentes unidades territoriais, em termos per capita, com o poder de compra médio do país, ao qual foi atribuído o valor 100. Os valores deste indicador são disponibilizados ao nível do município mas também para as NUTS I, II e III; nestes casos, os valores foram obtidos através da média dos valores dos municípios aí integrados ponderada pelos respectivos pesos demográficos.

Em 2005, apenas nas regiões NUTS II de Lisboa (137,3) e do Algarve (113), o IpC superava a média nacional. Entre as restantes cinco regiões, era na Região Autónoma da Madeira (96,6) que o indicador mais se aproximava da média nacional. Seguiu-se a região do Alentejo (85,6), as regiões Norte (85,5), Centro (83,9) e a Região

Autónoma dos Açores (81,7). O valor do IpC das regiões Norte e Centro reflecte os fortes contrastes existentes no seio destas regiões, onde coexistem municípios de elevado valor do IpC (associados a territórios urbanos localizados no litoral destas regiões) e municípios com os valores mais baixos do país (localizados no interior destas regiões).

Figura 1. Indicador per Capita por NUTS III



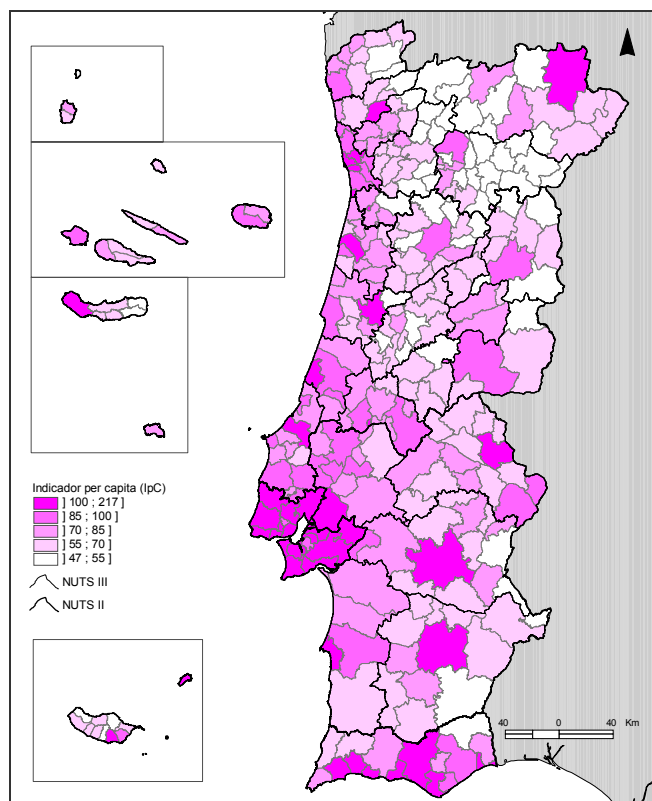
Face aos valores apurados com informação de 2002¹ mantiveram-se as quatro sub-regiões NUTS III com IpC mais elevados, continuando a Grande Lisboa a apresentar o IpC mais elevado; a esta sub-região seguiam-se a Península de Setúbal o Algarve e o Grande Porto. Diferentemente do que se verificava em 2002, o Baixo Mondego também ultrapassava a média nacional. A análise do IpC por NUTS III destacava, assim, uma dualidade entre o litoral continental, com poder de compra mais elevado, e o interior norte e centro, com um poder de compra mais baixo. [Figura 1].

O contraste entre o litoral e interior do Continente em termos de poder de compra é, em grande medida, o reflexo da dimensão urbana desta variável sócio-económica em Portugal, cujos valores mais elevados emergem associados aos municípios com centros urbanos de maior relevância.

Com efeito, dos 308 municípios do país, apenas 43 apresentavam um poder de compra per capita superior à média nacional, dos quais se destacava um conjunto de municípios da Grande Área Metropolitana de Lisboa (que abrange as NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal), do Algarve (Faro, Albufeira, Portimão, Lagos, Loulé e Lagoa) e do Grande Porto (Porto, Matosinhos, Maia e Espinho) [Figura 2]. Importa referir que os quatro municípios com poder de compra per capita mais elevado pertenciam às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto: Lisboa, com um IpC que mais que duplicava a média do País (216,0), Oeiras (173,3), Porto (164,3) e Cascais (157,1).

¹ Na anterior versão - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2004, número VI - a informação estatística utilizada reportava-se na sua maioria, aos anos de 2002 e 2001.

Figura 2. Indicador per Capita por município



No caso específico da Grande Área Metropolitana de Lisboa, verificou-se uma descida na posição relativa de um conjunto de municípios da margem norte do Tejo (Loures, Amadora, Odivelas e Sintra) e uma subida de posição de todos os municípios da margem sul (com excepção de Almada e Palmela) que poderá indiciar o desenvolvimento de um processo de convergência de poder de compra entre os municípios desta metrópole.

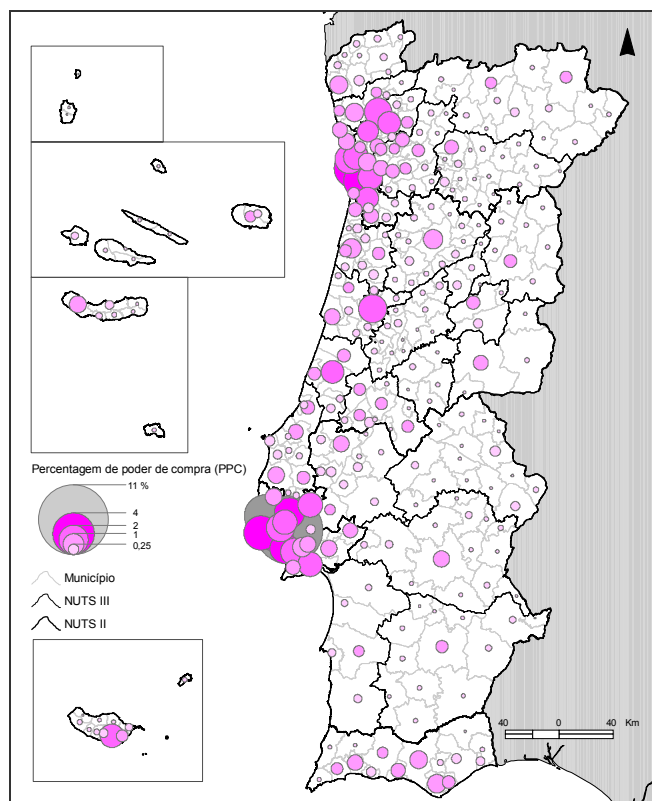
Destacavam-se, ainda, pelo seu posicionamento acima da média do país, várias capitais de distrito do Continente (em particular, Coimbra, Aveiro, Évora, Beja, Braga, Portalegre e Bragança) mas também o Funchal e Ponta Delgada nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, respectivamente.

Em contrapartida, em 17 municípios o poder de compra per capita era inferior a 50% da média nacional. Estes municípios encontravam-se maioritariamente concentrados na região Norte, em particular nas sub-regiões do Tâmega (Resende, Ribeira de Pena, Cinfães, Celorico de Basto e Baião) e do Douro (Freixo de Espada à Cinta, Sernancelhe, Carraceda de Ansiães, Tabuaço e Armamar) mas também do Cávado (Terras de Bouro) e do Alto Trás-os-Montes (Vinhais). Neste conjunto, incluíam-se ainda Vila Nova de Paiva e Aguiar da Beira, no Dão-Lafões; Nordeste e Corvo nos Açores; e Alcoutim no Algarve.

Metade do poder de compra nacional concentrado em apenas 20 municípios

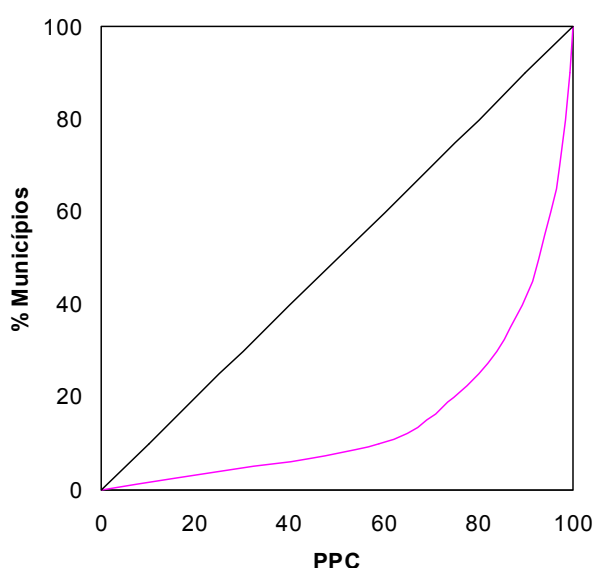
A partir do IpC é possível construir um indicador derivado – a Percentagem de Poder de Compra (PPC) – que representa o peso do poder de compra de cada município (ou região) no total do país (que toma o valor 100%, em resultado da ponderação do IpC de cada município pelo seu efectivo populacional).

Figura 3. Percentagem de Poder de Compra por município



No que respeita à distribuição geográfica da PPC ao nível de município [Figura 3], ressaltam, de imediato, os pólos de concentração de poder de compra que se desenhavam nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O município de Lisboa concentrava cerca de 11% do poder de compra nacional, apresentando Sintra e Porto um peso também importante (4,1% e 3,6%, respectivamente). Para além destes, mais 20 municípios concentravam pelo menos 1% do poder de compra do país: 13 localizados nas sub-regiões Grande Lisboa, Península de Setúbal e Grande Porto e, ainda, Coimbra, Braga, Funchal, Guimarães, Leiria, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Famalicão.

Figura 4. Concentração da Percentagem de Poder de Compra (em percentagem do número de municípios)



O grau de concentração do poder de compra nacional nos 308 municípios do país e as disparidades inter-municipais ao nível do poder de compra podem observar-se na Figura 4. Pode constatar-se que 50% do poder de compra do País se encontrava concentrado em apenas 20 municípios (cerca de 6% do total de municípios do país), reflectindo uma forte concentração territorial do poder de compra no território nacional muito associada à dimensão urbana dos municípios.

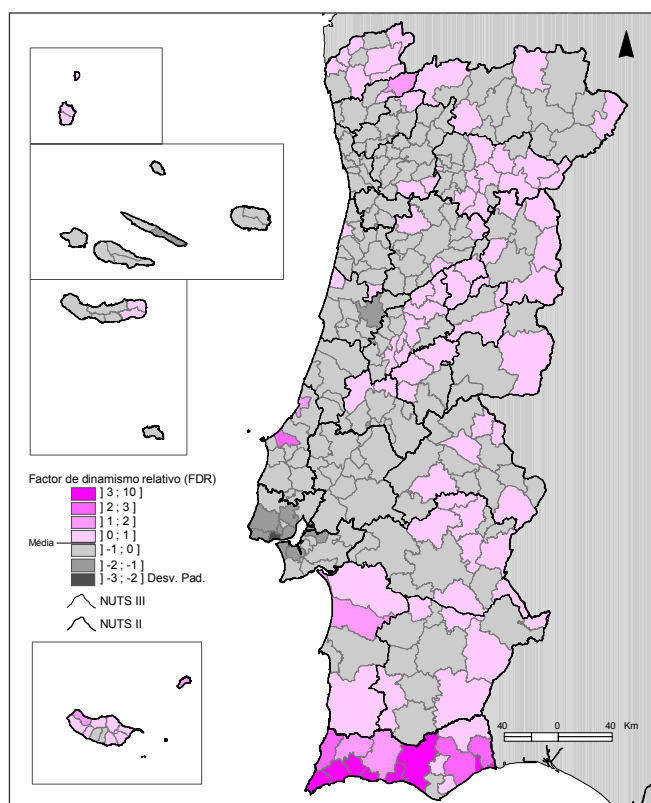
Factor Dinamismo Relativo evidencia a dinâmica comercial e turística dos municípios do Algarve

O Factor Dinamismo Relativo (FDR) mede, essencialmente, o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma

natureza meramente sazonal. O FDR mede assim a tendência que subsiste, em termos sobretudo de dinâmica comercial e turística, depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes municípios e regiões do país. Este indicador apresenta-se como uma variável estandardizada (média igual a 0 e desvio padrão igual a 1), utilizando-se como unidade de medida o desvio-padrão da sua distribuição, ou seja, o valor 1.

Os valores mais elevados surgiam naturalmente em municípios com grande afluência turística, nomeadamente os localizados na região do Algarve, onde 12 dos 16 municípios apresentavam um FDR superior a 1 e onde se destacava Albufeira que registava o valor de FDR mais elevado do país (9,66), quase decuplicando o desvio-padrão da distribuição [Figura 5]. Em posição também de destaque, encontravam-se outros pólos de atracção como Óbidos, Terras de Bouro, Porto Moniz, Nazaré ou Porto Santo. Embora com menores valores mas com uma posição ainda importante na hierarquia do FDR encontram-se outros municípios com relevância turística como Grândola, Marvão, Caminha, Odemira, Ourém ou Funchal.

Figura 5. Factor Dinamismo Relativo por município



Por outro lado, os valores mais baixos deste indicador ocorriam em grandes centros urbanos como Oeiras, Lisboa e Coimbra. Este facto não significa, no entanto, que a actividade turística seja irrelevante nestes municípios, mas apenas que a influência deste tipo de actividade fica diluída no elevado poder de compra aí manifestado regularmente.